



ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

**SIMULADO**  
**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

*Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!*

*Comece agora, comece pela maneira certa!*



**271) Constitucionalmente, proíbe-se de modo absoluto a pena de**

- a) perdimento de bens;
- b) morte;
- c) multa
- d) banimento.

**RESPOSTA: “d”**

*Comentários:* A pena de perdimento de bens é prevista e autorizada, conforme inciso XLVI, “b”. Já a pena de multa é prevista na alínea (letra) “c” deste inciso. A pena de morte é aceita somente em caso de guerra. (cuidado, pois em muitas provas o final do inciso XLVII é suprimido, induzindo em erro o candidato: a pena de morte é prevista, somente em caso de guerra declarada. Já a pena de banimento, conforme já explicamos, não pode se aplicado de modo absoluto.

**272) Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que:**

- a) são onerosas as ações de Habeas Corpus e Habeas Data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;
- b) a criação de associações e, de cooperativas, na forma da lei, dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
- c) são assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, excluídas as atividades desportivas;
- d) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio definitivo para a sua utilização, bem como proteção às criações industriais, tendo em vista o interesse pessoal;
- e) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

**RESPOSTA: “e”**

*Comentários:* A resposta correta é prevista no inciso LXXI, do artigo 5º. A alternativa “a” é errada pois tais ações são gratuitas e não onerosas. A letra “b” é incorreta pois de acordo com o inciso XVIII a criação independem de autorização. O item “c” é falso devido à expressão “excluídas as atividades esportivas”, pois de acordo com o inciso XXVIII, “a”, tal proteção é inclusive nas atividades desportivas.

**273) Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no texto da Constituição Federal.**

- a) É assegurado a todos o acesso à informação, vedado o sigilo da fonte;
- b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida a devida autorização prévia e que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local;
- c) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambas, o trânsito em julgado;
- d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou de terceiros, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja necessário para resguardar o direito à imagem e à intimidade;
- e) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

**RESPOSTA: “e”**

*Comentários:* Tal questão pede a alternativa correta, a qual encontra amparo na Constituição, a letra “e” esta prevista no inciso XLIII. A letra “a” é falsa pois de acordo com o inciso XIV, do artigo 5º, é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, e não como consta na alternativa. O item “b” é incorreto pois a reunião independe de autorização prévia, conforme dispõe o inciso XVI. A assertiva “c” é falsa pois de acordo com o inciso XIX, as associações podem ter suas atividades suspensas por decisão judicial, não exigindo, no entanto, decisão transitada em julgado. O item “d” é incorreto pois a ressalva que consta no inciso XXXIII, abrange apenas aquelas informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, e não como constou na questão.

**274) Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, determina a Constituição que**

- a) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para investigar suspeita de crime por ordem de autoridade policial;
- b) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que solicitem autorização à autoridade competente;
- c) Emenda Constitucional poderá abolir o direito à herança com base na função social da propriedade;
- d) ninguém será privado de direito por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- e) a obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal é um direito assegurado mediante o pagamento de taxas módicas.

**RESPOSTA: “d”**

*Comentários:* A resposta correta é prevista no inciso VIII, do artigo 5º, da Constituição Federal. A letra “a” não é correta pois peca ao mencionar a palavra autoridade policial, sendo que a expressão que seria adequada era determinação judicial. A assertiva “b” não é certa pois não precisa de autorização da autoridade competente. A letra “c” é falsa pois não há previsão da abolição do direito de herança por função social, somente há a previsão que a propriedade deve atender a função social. Além, por força do artigo 60, §4º, IV, da Constituição Federal, não pode ser objeto de discussão a proposta de emenda constitucional que vise abolir garantias individuais e, o direito de herança é um direito individual. Já o item “e” é incorreto pois o direito de obter certidões é garantido independentemente do pagamento de taxas, uma verdadeira isenção, conforme prevê o inciso XXXIV, b, do artigo 5º, de nossa Constituição Federal.

**275) O Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado**

- a) por qualquer associação ou sindicato, desde que legalmente registrado e constituído e que tenha expressa autorização dos seus membros ou associados;
- b) por qualquer partido político;
- c) por organização sindical, desde que de âmbito nacional, legalmente constituída há pelo menos um ano, em defesa dos trabalhadores de sua categoria, filiados ou não;
- d) por entidade de classe em funcionamento há pelo menos dois anos;
- e) por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

**RESPOSTA:** “e”

*Comentários:* A resposta correta encontra amparo no inciso LXX, b, do artigo 5º, da Constituição Federal, pois o texto constitucional prevê que o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados. Tal inciso também autoriza a impetrar tal ação organização sindical e entidade de classe, com o mesmo requisito de estar em funcionamento há um ano, no mínimo. Partido Político pode impetrar, mas deve ter representação no Congresso Nacional, e não qualquer partido, conforme afirma a letra “b”.

**276) Considerando as diversas formas de expressão da liberdade individual garantida pelo texto Constitucional, é correto afirmar que:**

- a) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local exigida apenas a prévia autorização da autoridade competente;
- b) a pratica de racismo constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia;
- c) não haverá penas, dentre outras, de morte, de caráter perpétuo, de interdição de direitos e de banimento;
- d) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a decretação do perdimento de bens poderá ser estendida aos sucessores, até o limite do valor do patrimônio transferido.

**RESPOSTA:** “d”

*Comentários:* A alternativa certa está prevista no inciso XLV, do artigo 5º, da CF. Conforme já vimos anteriormente, a primeira é errada, pois afirma que exige a prévia autorização, o que contraria a Constituição. A segunda assertiva é falsa pois a prática de racismo é imprescritível e inafiançável, punido com pena de reclusão, sendo que o texto constitucional nada fala da graça ou anistia (inciso XLII). Já a letra C é errada, pois a interdição de direitos é prevista na Constituição, inciso XLVI, e, artigo 5º.

**277) Assinale a alternativa correta:**

- a) O Habeas Data destina-se a assegurar o conhecimento de quaisquer informações relativas a pessoa do impetrante, exclusivamente constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais, bem como para retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- b) Somente o brasileiro nato é parte legítima para propor ação popular;
- c) qualquer Partido Político possui legitimidade para propor Mandado de Segurança coletivo;
- d) o Mandado de Injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- e) são gratuitas as ações de Habeas Data, Habeas Corpus e Mandado de Segurança e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;

**RESPOSTA:** “d”

*Comentários:* O Habeas Data tem cabimento para informações constantes em bancos de dados privado, não somente governamental, conforme afirma a assertiva A. A Constituição afirma que qualquer brasileiro pode propor ação popular, e não somente o nato. Para propor Mandado de Segurança Coletivo o partido político deve ter representação no Congresso Nacional, isto é, deve ocupar uma cadeira de Deputado Federal ou de Senador. Agora, a última alternativa peca ao incluir no rol constante no inciso LXXVII, o Mandado de Segurança como ação gratuita, tratando-se de “pegadinha”.

**278) De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, é crime inafiançável e imprescritível:**

- a) o estupro   b) a tortura   c) o terrorismo   d) o racismo   e) o crime hediondo

**RESPOSTA:** “d”

*Comentários:* Questão de fácil resolução, pois é expressamente prevista no texto constitucional, inciso XLII, artigo 5º, que o racismo é imprescritível e inafiançável, sendo punido com pena de reclusão.



**279) É correto afirmar que:**

- a) a lei penal não retroagirá, mesmo para beneficiar o réu;
- b) haverá Tribunal de Exceção;
- c) é assegurado a todos o acesso à informação, mas não o sigilo da fonte;
- d) será concedida a extradição de estrangeiro, desde que o crime seja político;
- e) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

**RESPOSTA: “e”**

*Comentários:* questão fácil, onde se exigiu que o candidato apenas se lembrasse dos incisos do artigo 5º. A resposta correta está no inciso LXIV.

**280) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidade governamentais ou de caráter público, conceder-se-á:**

- a) Mandado de Segurança    b) Habeas Corpus    c) Habeas Data
- d) Mandado de Injunção    e) Ação Popular

**RESPOSTA: “c”**

*Comentários:* Trata-se de questão em que se buscava que o candidato lembrasse dos remédios constitucionais, quais sejam: O Mandado de Segurança, inciso LXIX, onde se protege direito líquido e certo do autor, contra ato cometido por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica que preste serviço público. O Habeas Corpus, que é o remédio que protege lesão ou ameaça de lesão à liberdade de locomoção, inciso LXVIII. O Mandado de Injunção que protege contra uma omissão do estado, o que inviabiliza o exercício de liberdades constitucionais e prerrogativas da cidadania, soberania e nacionalidade. Já a Ação Popular se trata de um remédio que visa combater ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente, à moralidade administrativa, ao patrimônio histórico e ao patrimônio cultural.